

A Organização e o Inconsciente

THE ORGANIZATION AND THE UNCONSCIOUS

Guineverre Alvarez¹

RESENHA

PAGÈS, M. et al., "**A organização e o inconsciente**", In: *O poder das organizações – a dominação das multinacionais sobre os indivíduos*, São Paulo, Atlas, 1987.

Com "O Poder das Organizações", Pagès e seus colaboradores inauguram a perspectiva psicanalítica da abordagem organizacional e elevam a obra ao patamar dos clássicos da literatura internacional de estudos organizacionais. A proposta dos autores é inserir a discussão do fenômeno do poder nas organizações sob diversos ângulos, dentre os quais se destaca a abordagem dos laços psicológicos empresa-indivíduo trazida em "A Organização e o Inconsciente" (Quarta parte, p. 143-185).

Neste capítulo são abordados os liames psicológicos que ligam o indivíduo às organizações capitalistas modernas e a retroalimentação de suas estruturas de poder a partir de processos inconscientes desenvolvidos intencionalmente nos (e por) esses sujeitos. Depoimentos de funcionários atuam como pano de fundo inicial para análise desse fenômeno, que por vezes utiliza a "droga" como metáfora associativa.

São declarações coletadas em entrevistas com funcionários que permitem aos autores formar o retrato de uma estrutura mental de interiorização profunda da ideologia das organizações capitalistas, que coisificam o humano, esvaziam sua substância e o alienam de outros contextos afetivo-sociais.

Também o condicionamento social externo articula-se com a identificação psicológica, num processo de alienação que estende (e por que não incorpora?) o processo econômico e político alhures instalado, a ponto de se admitir, de forma ambivalente, que tal organização é detestada, mas "há o risco de não sentir mais prazer de viver" caso haja uma exclusão dos quadros.

Abordando as teias de prazer e angústia inerentes ao sistema, os autores refletem sobre o paradoxo desta estrutura para destacar a adoração de "uma imagem de poder e ao mesmo tempo, de sua identificação com ela", algo que se assemelharia a um casamento ou adesão a uma seita, com capacidade de alterações nas estruturas de personalidade, o que extrapola os aspectos profissionais e invade a esfera particular e psicológica do indivíduo.

¹ Doutoranda em Administração na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Graduada em Direito e Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus/BA). Email: guineverre2@hotmail.com

Segue-se à teorização da gênese e do funcionamento deste fenômeno, posicionando num primeiro momento a pessoa e a organização num quadro hipotético de interação em que se desvenda a fraqueza do indivíduo, suas projeções com a figura materna, impulsos agressivos, a angústia de destruição e a essência arcaica dessas relações. Contribui para esse cenário a política da organização de isolar o indivíduo e portar-se como entidade ameaçadora (detentora do sistema de gratificações e sanções), impedindo reações coletivas e interações que potencialmente ameaçariam essa construção intencional de estruturas inconscientes de poder.

Instaurada essa posição de fragilidade, o indivíduo tenta superá-la estabelecendo estruturas psíquicas de projeção de sua imagem e da organização (reconstruída como figura imaginária), reprimindo angústias latentes e canalizando sua agressividade para o ambiente externo (família, Estado, etc.) ou interno (com vieses de culpa e automotivação).

O próximo passo é a introjeção dessa conformação, quando retoma-se a metáfora da droga para ilustrar a emancipação da organização imaginária, que invade a psiquê do indivíduo, permeando (talvez dominando) suas relações pessoais e privadas de forma conflituosa e num “sistema fechado onde o prazer leva à angústia e vice e versa”.

Partindo-se das construções freudianas e da análise psicanalítica do complexo de Édipo (e as associações maternas e paternas inerentes), distingue-se o Superego do ideal do Ego. O primeiro representaria a “repressão social relacionada à transgressão das proibições”, associada à figura paterna e a uma economia feudal pré-capitalista, com organizações estruturadas na figura do chefe (o pai), com suas tradições, ordens e proibições, e ideologias de fidelidade e obediência.

O segundo elemento (ideal do Ego) seria, “ao menos na origem, uma tentativa de recuperação da onipotência perdida” e dominaria um sistema psicológico coletivo identificado no capitalismo nascente. Nessa formação, a figura paterna (o chefe) ainda possui estruturas de poder, regendo e se identificando com as relações funcionais, que teriam ainda um perfil de clientelismo e já estampariam o divórcio com a ideologia dominante.

Esse arranjo é superado no capitalismo e na organização hipermoderna, que capta o ideal do ego dos indivíduos e o substitui pelo seu próprio ideal coletivo, num processo de identificação umbilical indivíduo-organização que possibilita uma manipulação psicológica dessas forças de trabalho sem necessidade de estruturas explícitas e institucionais de coerção. Trata-se, assim, de uma “construção de um ideal do Ego à imagem da finalidade capitalista”.

Os autores prosseguem apontando que tal ordem de coisas reflete na dissolução da instância crítica do indivíduo, desativando o Superego como instrumento de juízo da realidade. Paradoxalmente, a exclusão da figura paterna desse esquema reforça a estrutura de poder, agora despersonalizada da figura do chefe e abstraída e transferida para a incorpórea organização. Todo esse sistema se dá de maneira intencional, em que a organização age diretamente “sobre os impulsos e as angústias primárias do indivíduo, tirando-lhe condições para uma elaboração no nível do Ego”, empobrecendo seu sentimento de identidade e tendo a massificação e a uniformização destes como consequências derivadas.

Paralelamente a essa construção, forja-se ideológica e intencionalmente a imagem da onipotência e poder da organização, que servirá de valor e molde ao indivíduo, com suas estruturas de satisfação (geradoras de prazer) que retroalimentam o esquema. A indução ao sentimento de isolamento cunhado

no indivíduo – com mecanismos próprios de conformação psicológica – é descortinada pelos autores como um dos elementos dessa engrenagem, ao desvalorizar e subordinar os processos de construção coletiva à busca do prazer individual patologicamente orientado.

Esta denominada “máquina de angústia” se estruturaria sob um elaborado sistema de controle, com vigilância ideológica e psicológica atuantes e um cabedal de sanções que teriam o propósito de manter a atmosfera ameaçadora da culpa e da angústia, numa complexidade mental que tornaria o indivíduo em agente de autopunição, num conflito psicológico interno criado, alimentado e incentivado pela organização.

Essa arquitetura de prazer e angústia extrapola a esfera individual e estende seus tentáculos à construção social vivida pelas pessoas, que reproduzem e difundem suas ideologias e princípios, num encadeamento de sujeitos e aderências psicológicas que nutre e mantém em funcionamento a organização.

A patologia do sistema é realçada pelos autores, que a enfocam no plano individual – quando o indivíduo assume conflituosamente uma personalidade emprestada, a da instituição – e no sociológico, como uma patologia “socialmente organizada” que também reflete as próprias contradições do tecido econômico-social.

Algumas limitações ao esquema, estabelecidos sobre tipos ideais/puros, se apresentam sob variantes em que a dominação poderá se dar de maneira mais ou menos forte, tais como “a personalidade dos indivíduos, sua idade, seus grupos de referência” e também de acordo com o setor de atividade da organização.

Os autores ressaltam, ainda, que não pretendem gerar identificação entre a autoria ou desenvolvimento desses processos de manipulação e os dirigentes de tais organizações, absolvendo-os dessa posição e colocando-os, em revés, como produtos, vítimas (“consumidores” e “tipos mais puros da personalidade”) dessa ideologia.

Trabalhando a questão da angústia da morte, a obra estabelece relação entre a atuação da organização hipermoderna e a experiência individual de recusa de amor paterno e materno (esse último, em especial) vivida na infância pelo ser, que transfere o trauma para as relações com a instituição, que as reavive e, ao mesmo tempo, abranda. O foco está, então, na negação e rejeição “do amor e do conflito” sentidos pelo sujeito, intencionalmente isolado e impossibilitado de construções coletivas, e substituídos por uma relação amorosa imaginária com a organização.

Essas reflexões encaminham para a conclusão da negação da morte por parte da organização – que se pretende eterna – e do próprio sistema social – com seus códigos de comportamento e estruturas de domínio (dinheiro, poder político e decisório, etc.). Neste sentido, as organizações “se apresentam cada vez mais como sistemas abstratos e anônimos, teoricamente eternos, em que a individualidade e a relação têm um status menor... em que indivíduos intercambiáveis devem moldar-se nos quadros... definidos fora deles”.

Tudo isso se conforma para apontar que se trata de uma “nova forma de dominação da empresa”, em que o controle psicológico é essencial para se prolongar e completar a dominação econômica daquela.

De forma surpreendente, os autores passam à análise de hipóteses anteriormente levantadas e concluem por uma culpabilidade recíproca entre os inconscientes individual e o socialmente organizado, afastando a mera associação da imagem maquiavélica à organização hipermoderna – como se poderia levar a crer – em que “o sistema da personalidade não é... subordinado

ao sistema organizacional, um e outro são dois elementos correspondentes de um mesmo sistema sócio-mental”.

Esta perspectiva inovadora trazida por Pagès et al revela a capacidade das organizações de conseguirem captar contradições que se iniciam no tecido social e são interiorizadas inconscientemente e de forma conflitiva pelos empregados, oferecendo respostas que os fazem produzir (mais).

Ao lançar reflexões de cunho psicanalítico a ambientes e relações já estudados por outros ângulos, os autores oportunizam a ampliação dos debates e inserem uma nova perspectiva: as corporações como prisões psíquicas. A repercussão dos argumentos trazidos por Pagès et al. se verificam na literatura atual e nos diversos estudos que o seguiram, contribuindo para a expansão e o fortalecimento dos estudos organizacionais.